

GABINETE DO DEPUTADO DR. VINICIUS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ),

O DEPUTADO VINICIUS PONTES DO NASCIMENTO, com assento nesta Casa Legislativa, vem, com fulcro no art. 167 do Regimento Interno desta Casa, apresentar

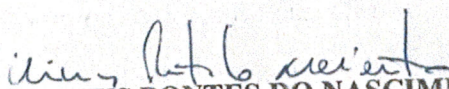
EMENDA DE PLENÁRIO Nº _____

Ao Projeto de Lei Complementar nº 02 de 2025, de autoria do Poder Executivo, que "Transforma os cargos de Escrivão de Polícia e Agente de Polícia no cargo de Oficial Investigador de Polícia, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Piauí, renomeia os cargos de Perito Médico-legista, Perito Odontologista e Perito Criminal em Perito Oficial Criminal, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37 de 09 de março de 2004 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí), nos termos da Lei nº 14.735 de 23/11/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, e dá outras providências", ora em tramite nesta Casa.

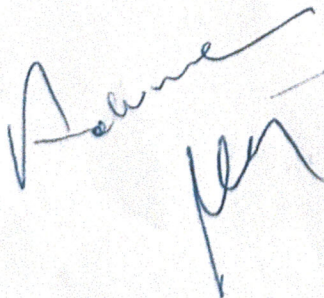
Modifica-se o art. 17 do Projeto de Lei Complementar nº 2 de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

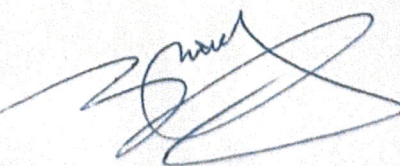
"Art. 17. Revoga-se o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar nº 37, de 09 de março de 2004."

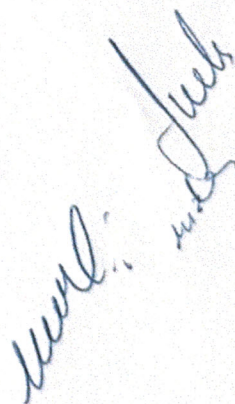
PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 18 de junho de 2025.


VINICIUS PONTES DO NASCIMENTO

Deputado Estadual - PT







JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade modificar o art. 17 do supracitado Projeto de Lei Complementar, com o intuito de sanar o conflito normativo instaurado entre o PLC nº 02/2025 e o Projeto de Lei nº 61/2025, já aprovado por esta Casa e pendente de sanção.

Ocorre que o Governo do Estado do Piauí já promoveu reajustes salariais significativos para a Polícia Civil no exercício de 2025. Nesse sentido, a manutenção do art. 17 do PLC nº 02/2025, nos moldes atuais, implicaria a concessão de um novo aumento automático para a categoria, gerando impacto financeiro adicional e potencialmente oneroso aos cofres públicos, o que configura aumento de despesa.

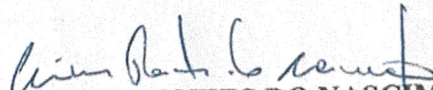
Adicionalmente, subsiste o risco de judicialização decorrente da superposição de normas com efeitos financeiros, o que recomenda a correção da redação ora proposta.

Ressalta-se, por oportuno, que, nos termos do art. 168, I, do Regimento Interno, não são admitidas emendas que impliquem aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador.

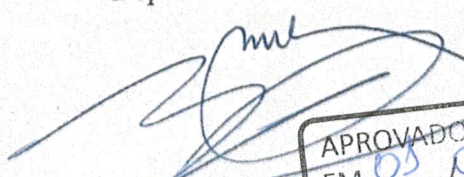
Diante do exposto, e considerando a necessidade de resguardar a legalidade e a responsabilidade fiscal, solicitamos o apoio dos nobres pares à aprovação desta Emenda de Plenário ao PLC nº 02/2025.

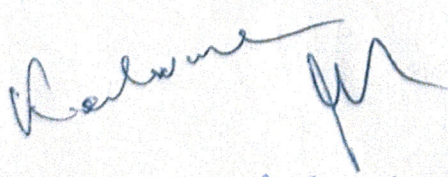
PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 18 de junho de 2025.

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 05/07/25
Justiça
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:


VINICIUS PONTES DO NASCIMENTO

Deputado Estadual - PT


MAIORIA
APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 05/07/25
Administração
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:


Protesto para voto contrário. L. L. L.